



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA
HELOISE BORSOI FAVRETTO –
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUI DIGNOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA**

G2 EMPRENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA, já qualificada nos autos do processo administrativo que deu “azo” a publicidade da Concorrência nº 01/2020, vem, à presença de Vossa Excelência, através do seu Advogado devidamente constituído¹ que subscreve ao final, com espeque no art. 109, parágrafo 3º,² e art. art. 5.º, inciso XXXIV, alínea “a” e inciso LV ³da Constituição Federal, interpor a **“IMPUGNAÇÃO contra os INFUNDADOS E PROCRASTINADORES RECURSOS ADMINISTRATIVOS”**, interpelados pelas empresas **É SÓ PARAR - TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO -EIRELI** e **SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S/A**, recursos estes, que na verdade, são apenas **FALÁCIAS FLÁCIDAS PARA DORMITAR BOVINOS**, em um bom português, **“CONVERSA MOLE PRA BOI DORMIR”**, concomitante a **“CHORO DE VIÚVAS”** uma vez que tais

¹ Procuração ADV-anexo (i).

² Art. 109. **Dos atos da Administração** decorrentes da aplicação desta Lei cabem: § 3º **Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.**

³ **O direito de petição aos Poderes Públicos em DEFESA DE DIREITOS ou contra ilegalidade ou abuso de poder**”. “**Aos litigantes**, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral **são assegurados o contraditório e ampla defesa**, com os meios e **recursos a ela inerentes**.”



recursos se baseiam em achismos e suposições desprovidas de qualquer nexo de provas, deixando claro as reais intenções dos recursos, a saber, **APENAS PROCRASTINAR, TENTAR CONFUNDIR A COMISSÃO**, que assertivamente classificou a empresa **G2** baseada no **PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO**, a saber, o de **MAIOR REPASSE**, ALÉM DE **QUERER ENCHER A PACIÊNCIA DA RESPEITADA COMISSÃO** que tanto trabalho tem a fazer, e, se vê obrigada a debruçar-se sobre peças infundadas tais como estas, apenas porque, alguns empresários não concordam com a política de negócios da empresa **G2 Empreendimentos**, que é uma política baseada **em ganhar menos por contratos e ganhar mais contratos** assim, no volume de negócios, obtermos os resultados esperados, sendo que, ao contrario de empresas como a **É SÓ PARAR** e **SERBET**, a **G2** não quer que seus proprietários fiquem ricos em apenas um contrato a custas de sacrificar o poder público.

1. DOS REQUISITOS DA LEGITIMIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSOS ADMINISTRATIVOS

É legítimo a propositura da medida impugnativa aos **recursos administrativos** - previsão do **art. 109 ° § 3º da Lei 8.666**, em razão dos recursos interpostos pelos licitantes concorrentes, garantindo à Peticionaria **G2 EMPREENDIMENTOS** no processo em comento o direito ao contraditório. Portanto, usa do direito de impugnar os recursos no prazo de 05 dias úteis conforme dispõe a Lei 8.666/93.

Para fins de tempestividade, a contagem temporal para apresentação da impugnação aos recursos administrativos interpostos **findar-se-á em 04 de janeiro de 2021**, conforme contagem de prazo disposto no art. 110 caput da Lei 8.666, assim,



encontra-se tempestiva a impugnação aos recursos protocolado pela Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, nesta data.

Ainda para que não haja dúvidas quanto à legitimidade da presente propositura impugnativa aos recursos administrativos interpostos pelas empresas recorrentes, a Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** usa também do **direito de petição**, guarnecendo sua impugnação aos recursos interpostos também pela Constituição Federal.

No tocante ao **direito de petição**, a Constituição Federal assegura por meio do art. 5.º, 4º inciso XXXIV, alínea "a", e, inciso LV, da Constituição Federal o direito de petição contra atos administrativos que a parte atua como autor ou réu, seja ele **judicial ou administrativo**. Também devemos citar que o art. 5º da Constituição Federal elenca direitos fundamentais da pessoa humana, ou seja, que não se **incluiriam as pessoas jurídicas**.

Essa orientação inclusive, já foi defendida por **Pontes de Miranda**. Contudo, atualmente não há mais espaço para este debate, pois, vários direitos previstos nos incisos do art. 5º referem-se às pessoas jurídicas, como a proteção às associações. Essa também é a orientação do Senhor **Alexandre de Moraes** o mais recente integrante do **STF - Supremo Tribunal Federal** da qual também comunga **José Afonso da Silva**.
Vejamos:

“à pesquisa no texto constitucional mostra que vários dos direitos arrolados nos incisos do art. 5º se estendem às pessoas jurídicas”, tais como o “**PRINCÍPIO DA ISONOMIA, O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, O DIREITO DE RESPOSTA**, o direito de propriedade, o sigilo da correspondência e das comunicações em geral, a

⁴ CF - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (XXXIV) - **são a todos assegurados**, independentemente do pagamento de taxas: (a) **O DIREITO DE PETIÇÃO** aos Poderes Públicos em DEFESA DE DIREITOS ou contra ilegalidade ou abuso de poder; (LV) - **Aos litigantes**, em processo judicial ou ADMINISTRATIVO, e aos acusados em geral **é assegurado o direito ao contraditório e direito à ampla defesa**, com os meios e **recursos a ela inerentes**.



inviolabilidade de domicílio, a garantia do direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, assim como a proteção jurisdicional e o direito de impetrar mandado de segurança". Há até direito que **é próprio de pessoa jurídica**, como o direito à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintos como logotipos e nome fantasia.

Assim, as pessoas jurídicas também podem fazer uso do **direito de petição**, que **na esfera infraconstitucional** foi regulamentada pela **Lei nº 9.784/99**⁵. O art. 6º estabelece os requisitos do requerimento inicial, admitindo em casos, até mesmo manifestação oral.

Note-se que a lei não exige mais que os requisitos mínimos para que se estabeleça uma relação **jurídica processual entre o administrado e a administração pública**. Não exige nenhuma formalidade específica e, por vezes, admite até solicitação oral, que reduzida a termo, será tombada em processo administrativo. Merece destaque a previsão do parágrafo único do artigo que veda à Administração **"a recusa imotivada de recebimento de documentos"**, ou seja, mesmo estando **"intempestiva"** ou **"incompleta"** em clara proteção ao cidadão, estando na condição de pessoa física ou jurídica.

Sendo assim, o direito de petição por pessoa física ou jurídica tem como objetivo precípuo, assegurar o exercício das prerrogativas típicas de um Estado Democrático de Direito, que não tolera **abusos ou arbitrariedades**, permitindo ao cidadão (pessoa física) ou empresa (pessoa jurídica), a possibilidade de vislumbrar

⁵ LF - Art. 6º O **requerimento inicial do interessado**, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados: i - **órgão ou autoridade administrativa a que se dirige**; ii - **identificação do interessado ou de quem o represente**; iii - **domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações**; iv - **formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos**; v - data e assinatura do requerente ou de seu representante. **parágrafo único. é vedada à administração a recusa imotivada de recebimento de documentos**, devendo o servidor - orientar o interessado quanto ao suprimimento de eventuais falhas.



igualmente os direitos e obrigações a que está submetida de forma delimitadamente objetiva pelas Leis, essas “**que os protegem e, as quais devem se subordinar**”, para então, tornar-se de fato “**um sujeito de direitos e obrigações**”.

Sendo assim, a medida de **impugnação aos recursos administrativos** com previsão no **art. 109º § 3º da Lei 8.666**, combinada com o **direito de petição**, tem assento **Constitucional** sendo condicionada, imprescritível e independe de pagamento de taxas. Assim, pelos argumentos que serão expostos “inferius”, esperamos ao fim da análise de admissibilidade e conhecimento da medida impugnativa aos recursos administrativos por **Vossa Excelência - Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL** - na oportunidade do mérito, reafirmar a declaração habilitação e declaração de vencedor em favor da empresa **G2 EMPREENDIMENTOS** no referido certame e, conseqüentemente, caso não seja este o seu entendimento, a saber, a **reafirmação da declaração de habilitação e vencedora** a Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, requer gentilmente que se converta esta **IMPUGNAÇÃO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS** em **IMPUGNAÇÃO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS HIERÁRQUICO PRÓPRIO**, encaminhando imediatamente para autoridade superior - Senhor (a|) **Prefeito (a) Municipal** com vistas OBRIGATÓRIAS para - **Controladoria Interna** e **Procuradoria Geral do Município**, em subordinação ao **duplo grau de jurisdição**, haja vista, a impugnação aos recursos administrativos interpostos, insurgir sobre sapiente decisão já tomada pela Comissão Permanente de Licitação-CPL no qual pedimos sua reafirmação, e caso à CPL decidir pela contrário em desfavor da Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, atendendo os argumentos das empresas concorrentes em seus recursos administrativos, deverá ser encaminhado a Autoridade Superior exarar sua decisão, em obediência ao instituto do **DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO**, sob o crivo do Poder Judiciário e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tudo na melhor forma do Direito e da mais lúdima **JUSTIÇA!**

Finalmente, antes de adentrar no mérito, resta necessário tecer algumas observações quanto a conduta desta CPL. A Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, já



participou de centenas de processos licitatórios desta mesma natureza/objeto, por sua vez, lidou com inúmeras CPLs de todo o País, em especial, as CPLs do Estado do Paraná, Estado de Santa Catarina e Estado de São Paulo. Assim, é dever registramos que jamais, digo, jamais, tivemos a honra de presenciar a condução de um processo licitatório com tanto esmero.

A CPL do Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, representada na pessoa de sua Presidente, Membros e Equipe Geral de Licitação, mostrou a razão de fato que Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina está no "Ranking" dos 10 melhores Municípios Catarinenses que possuem melhor estrutura licitatória.

Diga-se, mais. Para estarem neste "Ranking", certamente, possuem como presenciado, uma das melhores equipes de licitação do Estado, pois, demonstraram nos autos do processo licitatório agir com prudência e total respeito das normas, regras, decretos leis, acima de tudo, o princípio do contraditório e ampla defesa em garantia a todos os licitantes, mesmo aqueles que motivaram suas razões de recurso sem fins e finalidade, porém, prudentemente, evitando uma possível arguição de cerceamento de defesa, a CPL abriu prazo para que ambas empresas **(1) - É SÓ PARAR - TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO -EIRELI** e **(2) - SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S/A** postulassem seus recursos administrativos, convalidando ambas empresas em cognição sumária, à constatada anencefalia jurídica debatidas na sessão do certame da Concorrência n.º 001/2020, o que ambas tentam desesperadamente fazer acreditar que a proposta/oferta apresentada pela empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** é inexecutável.

Superado as questões de legitimidade da propositura da **impugnação aos recursos administrativos** e/ou administrativo hierárquico próprio, passamos agora para as razões fáticas e mérito.

2. DA IMPUGNAÇÃO CONTRA O RECURSO DA EMPRESA- É



SÓ PARAR - TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO -EIRELI

A empresa recorrente **É SÓ PARAR** deduz suas insurgências, alegando que o fato da planilha de custo apresentada pela peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, não levou em consideração o **fluxo de caixa projetado no formato de planilha** sendo que a seu ver, dificulta, a análise da exequibilidade da proposta/oferta, na pior das hipóteses, inviabilizando a exequibilidade do contrato.

Aponta que no plano de negócios apresentado não é o ideal, devendo ser a peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** desclassificada. No quesito investimentos, aponta que não fora observado o percentual mínimo estabelecido pelo Município, ou seja, no que tange ao investimento de operação a longo prazo, deduz que o indicado fora 193% menor. Quanto a sinalização vertical e horizontal, cerca de 70% menor. Afirma que o percentual estimado de 2% para fins de custeio do sistema APP/SITE, não reflete a verdade usual, pois, considera que deve ser no mínimo de 5%.

Finaliza suas razões de recurso, apontando que a proposta/oferta é inexecutável, ou seja, afirmando que a empresa não irá cumprir com sua oferta/proposta.

3. DA IMPUGNAÇÃO CONTRA O RECURSO DA EMPRESA-SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S/A

A empresa recorrente **SERBET** deduz suas insurgências, alegou que através do estudo de viabilidade, compreendeu que empresa G2, apresentou valores ínfimos, principalmente aqueles relacionados aos investimentos iniciais, estão muito aquém daqueles praticados no mercado, e sequer se aproximou aos valores estimados em planilha apresentada no Edital do certame. Diz que, enquanto a estimativa do edital de investimento é de R\$ 664.850,00, os valores de investimentos iniciais apontados na



planilha da empresa G2 correspondem apenas a importância de R\$ 55.950,00.

Finaliza suas razões de recurso, apontando que a proposta/oferta é inexecutável, ou seja, devendo ela ser declarada desclassificada por conta da inexecutabilidade da proposta.

Nota-se que ambos os recursos administrativos, ignoram o fato de que na sessão pública do certame, tanto a inclita CPL e demais empresas constaram o cumprimento integral do edital em comento pela empresa **G2**, em especial, no que tange informações que deveriam constar na “planilha”, repisa, o que fora apresentado com riquezas de detalhes, (FORMALISMO MODERADO), porém, compreende-se a presumida incapacidade cognitiva de ambas recorrente, pois, todos os argumentos de recurso são de fato sem fins e finalidade, ou melhor dizendo, com fins e finalidade de apenas tumultuar o certame.

A empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, demonstrou todas as informações requeridas pelo edital, bastando para tanto, uma simples análise sem muito esforço cognitivo, diga-se de passagem, não sendo tão simples assim para as empresas recorrentes. Quanto aos pontos específicos relacionados aos investimentos (iniciais e ao longo prazo), cumpre esclarecer que ambas as empresas superestimam seus custos para poderem de certa forma, **LUCRAREM**

ASTRONOMICAMENTE à custa de contratos públicos, um sistema de trabalho que certamente não é adotado pela empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**.

Inicialmente, cumpre deixar claro que a empresa **G2 EMPREENDIMENTOS** cumpriu com todos os requisitos colocados pelo edital, atendendo assim as regras do certame, o que se tenta pelas empresas recorrentes, é enfiar



goela abaixo da comissão, ilações enganadoras por parte de empresas sem escrúpulos que, não tendo competência para ganhar na proposta, tenta levar o jogo para o “TAPETÃO”, o que claramente, pela competência e expertise da comissão de licitações da Herval D’Oeste, não conseguiram lograr êxito nesta tentativa descabida e sorrateira.

Analisando as insurgências de ambos os recursos, deve ser ponderado inúmeras questões, começando pela tributação de cada uma delas, haja vista a tributação influenciar diretamente na operacionalização das empresas, o que presume ser limitador para que elas ofertem melhores propostas. Outro quesito importante está na “expertise” de cada empresa. Para termos uma ideia sobre o tema e trazermos ele ao caso concreto, a empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** possui estrutura (**sistema de pintura viária e fabricação de tintas viárias**) e (**fabricação de placas de sinalização**) fator que contribui em baixos custos de implantação.

Portanto, é sabido pela empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** de todos os deveres para com o futuro contrato a ser entabulado com o Município de Herval D’Oeste, assim, não sendo ele cumprido em sua íntegra, também é sabido que o ínclito Município de Herval D’Oeste, tem o PODER/DEVER de fiscalizar essa execução e, dela, constatado irregularidade, processo (s) sancionatório (s) poderão ser instaurados, levando a empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** responde-los, e até mesmo podendo ser punida com penalidade de impedimento de licitar e contratar com o ínclito Município de Herval D’Oeste, o que não ocorrerá para tristeza das empresas recorrentes.

Ainda para fins de constatação da verdade real, o que poderá ser diligenciado nos termos do **art. 43, parágrafo 3º da LLC**, segue anexo, as comprovações de 03 contratos administrativos entabulados com outros Municípios da Federação, também acompanhados de **ATESTADOS DE DESEMPENHO**, comprovando através deles a total exequibilidade das propostas/ofertas em percentual acima desta oferta, a



saber, acima de 40,40%.

Vejamos:

Município de **BOITUVA**, Estado de SÃO PAULO,
Contrato Administrativo n.º 01/2020,
percentual de oferta de **44,44%**

Município de **TAQUARITINGUA**, Estado de SÃO PAULO,
Contrato Administrativo n.º 54/2019,
percentual de oferta de **43,11%**

Atestado de Capacidade Técnica – Operacional;

Município de **VALENÇA**, Estado de RIO DE JANEIRO,
Contrato Administrativo n.º 178/2019,
percentual de oferta de **41%**

Atestado de Capacidade Técnica – Operacional⁶;

A luz do exposto, e pelo princípio do formalismo moderado, é notório que a melhor proposta e maior oferta de retorno para o ínclito Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina foi a proposta/oferta da empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** no percentual de **40,40%**, sendo ela indigesta pelas empresas recorrentes que usam de superestimados custos operacionais para de fato LUCRAREM ASTRONOMICAMENTE à custa do poder público.

Finalmente, entende a empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** ter apresentado sua proposta/oferta no percentual de **40,40%** em total concordância com o Edital da Concorrência 01/2020, por isso, não vislumbra que descumpriu o rol taxativo dos arts. 27 a 31 da LLC, pelo contrário, comprova ser ela

⁶ Atestado -anexo (v).



empresa sólida no mercado de concessões, ofertando ótimas propostas/ofertas sem serem superestimadas, com isso, podendo ofertar maiores percentuais de retorno ao (s) município (s) concedente, o que causa certa perseguição pelas empresas concorrentes que pretendem LUCRAREM ASTRONOMICAMENTE à custa do poder público.

4. DO FORMALISMO MODERADO

Quanto ao princípio do formalismo moderado, ele relaciona a ponderação entre o princípio da **eficiência** e o da **segurança jurídica**, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da LLC que busca a proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo sempre através da moderação a melhor proposta para Administração. Nesse sentido, orienta o TCU no **acórdão 357/2015-Plenário**:

“**NO CURSO** de procedimentos licitatórios”, a Administração Pública deve pautar-se pelo **PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a **prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Nota-se que sua utilização do “**formalismo moderado**” não significa desmerecimento ao princípio da “**vinculação ao instrumento convocatório**” ou recusa de vigência do caput do art. 41 da Lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de **princípios** e não descumprimento de **princípio(s)**.

“Diante do **CASO CONCRETO** e, a fim de melhor viabilizar a **concretização do interesse público**, pode o princípio da **LEGALIDADE ESTRITA** ser **afastado frente a outros princípios**”. **(ACÓRDÃO 119/2016-PLENÁRIO)**.

Ao contrário do que ocorre com as regras e normas, os princípios não são



compatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios P. EX, **(vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa)**, a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. O exemplo desse raciocínio nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União – TCU harmoniza com o mesmo entendimento da peticionária. Vejamos:

“RIGOR FORMAL no exame das propostas dos licitantes não pode ser EXAGERADO OU ABSOLUTO, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que IRRELEVANTES e não causem prejuízos à Administração OU AOS CONCORRENTES, serem sanadas mediante diligências”. **(Acórdão 2302/2012-Plenário).**

E mais;

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de DESCUMPRIR AS NORMAS E O EDITAL, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA”. **(Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).**

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto e realizar a ponderação entre eles, a fim de determinar qual prevalecerá acerca do debate enfrentado, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa **um fim em si mesmo**, mas sim, um meio que busca o atendimento das necessidades públicas, ou seja, maior competitividade, patrocinando a proposta mais VANTAJOSA. O Tribunal de



Contas da União - TCU⁷ vem se posicionando **veementemente contra o excesso de formalismo**. Em acórdão recentíssimo do ano de 2017,⁸ o TCU novamente fez um alerta a respeito da necessidade de ocorrer **FLEXIBILIZAÇÃO** nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame. Nesse sentido, por meio do **acórdão no 342/2017 - 1a Câmara**, oriundo de representação que foi considerada prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços, foi dada ciência ao município de Itaetê/BA de que:

[...] **em razão da jurisprudência CONSOLIDADA do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), CONFIGURA FORMALISMO EXCESSIVO** a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de **mero erro material no preenchimento de anexo**, desde que **SEJA POSSÍVEL AFERIR A INFORMAÇÃO PRESTADA**, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços [...]. 2 Mais uma vez o TCU **considerou um formalismo exacerbado** a desclassificação da empresa.

Portanto, é público e notório que o Tribunal de Contas da União - TCU posiciona-se contra o **excesso de formalismo**. Em decisão anterior por meio do **Acórdão nº 2003/2011- Plenário**, o Ministro-relator Augusto Nardes destacou que as exigências para o fim de **habilitação** devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se, porém, o **excesso de formalismo ou desnecessário**. Salienta-se também que quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da **proporcionalidade** e, da **razoabilidade**, a fim de possibilitar o **maior número possível de concorrentes**.

Finalmente, é preciso evitar os **formalismos excessivos** e, injustificados,

⁷ TCU. **Processo TC no 008.284/2005-9. Acórdão no 2003/2011- Plenário**. Relator: ministro Augusto Nardes.

⁸ TCU. **Processo TC no 032.051/2016-6. Acórdão no 342/2017 - 1a Câmara**. Relator: Ministro Augusto Sherman.



ou justificados como é o caso em tela, justificativas **exacerbadas pelas empresas recorrentes** onde fundamenta ambos os recursos com excesso de formalismo.

Portanto, mesmo sendo exaustivo em nossa manifestação impugnativa, pois, é claro como as “**águas do aquífero guarani**” a capacidade técnica operacional da Peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, bem como da exequibilidade de sua proposta/oferta, evitando assim, o **formalismo exacerbado** trataremos deste precioso princípio na visão da doutrina.

4.1. DO EXCESSO DE FORMALISMO E FORMALISMO MODERADO NA VISÃO DA DOUTRINA

Dessume-se que a regra geral para o procedimento licitatório é a **formalidade**, vinculando-o às prescrições legais em todos os atos e fases. A análise da forma tem sua importância como meio de prestigiar a segurança e, a previsibilidade das decisões, evitando desvios do julgador que possam comprometer a lisura do procedimento. O artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/93 determina:

“Art. 4º - Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei **CARACTERIZA ATO ADMINISTRATIVO FORMAL**, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.”

Mas tal análise não pode sobrepor a outros princípios, pois, a compreensão dos valores que irrompem da Lei é imprescindível para o alcance do interesse público. Nessa tarefa, devem ser verificados os fins buscados e, eleita à solução que melhor atenda a todos os princípios numa análise sistêmica do processo. Cabe ao gestor Público pautar suas decisões no procedimento formal, mas sem cair no chamado “**formalismo**” que se manifesta pelo apego **excessivo à forma**, afastando-se da finalidade da seleção da proposta mais vantajosa, de tal modo que a vantajosidade abrirá espaço



para a proposta que **melhor seguir a disciplina do edital**, porém, poderá ser danosa pecuniariamente ao Erário Público, pelo simples fato do apego ao excesso de formalismo.

A doutrina sapiência sobre o tema, nas palavras não só do professor Adilson Dallari:

A “licitação **NÃO É UM CONCURSO DE DESTREZA**, destinado a **SELECIONAR O MELHOR CUMPRIDOR DE EDITAL**”.

Assim, segundo o advogado e professor de Direito Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, salienta-se que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes que possam ofertar a proposta mais vantajosa.

“A licitação Pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA seja selecionada pela Administração**. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. **Durante a seleção, a comissão de licitação deverá TER CAUTELA para não INFRINGIR OS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS**”, explica Jacoby.

No magistério de sapiente e, mestre Hely Lopes Meirelles⁹:

“à orientação correta nas licitações é a **DISPENSA DE RIGORISMOS inúteis e de formalidades** e documentos desnecessários à qualificação dos interessados. (...) Procedimento formal, entretanto, **não se confunde com ‘formalismo’**, que se caracteriza **POR EXIGÊNCIAS INÚTEIS e desnecessárias**”.

Ainda sobre o formalismo, o sapiente Sr. Carlos Ari Sunfeld e, Benedicto Pereira Porto Neto ¹⁰ sinalizam:

“**O formalismo**, é bem verdade, faz parte da licitação, e nela tem seu papel, mas nem por isso a licitação pode ser transformada em **UMA CERIMÔNIA**, na qual o que

⁹ **MEIRELLES, Hely Lopes**. Direito administrativo brasileiro. 25. Ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 274.

¹⁰ **SUNDFELD, Carlos Ari; PORTO NETO, Benedicto Pereira**. Licitação para concessão do serviço móvel celular. Zênite. ILC nº 49 - março/98. P. 204.



importa são as **FÓRMULAS SAGRADAS**, e não a **SUBSTÂNCIA DA COISA**.”

Prossegue neste interim, o sapiente Sr. Carlos Ari Sundfeld:

“não se pode imaginar a licitação como um conjunto de **FORMALIDADES DESVINCULADAS DE SEUS FINS**. A **licitação não é um jogo**, em que se pode naturalmente ganhar ou perder em virtude de **MILIMÉTRICO DESVIO EM RELAÇÃO AO ALVO** - risco que constitui a própria essência, e graça, dos esportes.”

Embora sejam muitos casos em que a Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro ou a Autoridade Competente, em vista da aplicação dos princípios do **julgamento objetivo** e da **vinculação ao instrumento convocatório**, pautados às vezes em parecer jurídico opinativo, apegando-se de modo literal aos textos normativos e, editalício, **excluem licitantes inabilitando-os ou desclassificando suas propostas**, que potencialmente se mostram mais vantajosas, pelo simples fato de verificarem **pequenas falhas** ou a desatenção à forma exigida em relação aos documentos e informações apresentados no certame, o que não é o caso, pois, a Comissão Permanente de Licitação demonstrou ter total conhecimento do que se mostra nesta impugnação aos recursos, o que não será diferente o Departamento Jurídico deste ínclito Município de Herval D'Oeste, que também acompanhará este raciocínio por não se tratar de falácias e, sim, de vasta comprovação através da Doutrina e Acórdãos do TCU que comungam o mesmo entendimento, diferente do apresentado pelas empresas recorrentes.

No caso em tela, a empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** está sendo alvo de **recursos administrativos** que pleiteiam sua inabilitação/desclassificação do processo licitatório em tela, devido os ataques infundados de que sua **“proposta/oferta é inexequível”**.

Para que não fiquemos apenas no espaço Doutrinário e Acórdão do TCU, tem se mostrado a jurisprudência pátria dos **Tribunais Superiores**, aplicando neste caso



por analogia, afastando assim, o **FORMALISMO** em vista da finalidade do **procedimento licitatório**, como se depreende dos excertos abaixo:

STJ: ¹¹ “As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, **POSSIBILITEM A PARTICIPAÇÃO DO MAIOR NÚMERO DE CONCORRENTES**, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre **várias propostas, a mais vantajosa**”^[4].

E mais;

STF: ¹² “Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu à **formalidade prevista no edital licitatório**, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o **VÍCIO APONTADO NÃO INTERFERIU NO JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS**, não se vislumbrando ofensa aos demais **princípios exigíveis na atuação da Administração Pública**, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, **em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa**”.

Denota-se em alguns Tribunais de Justiça entendimentos semelhantes:

“... é extremamente **FORMALISTA A DECISÃO** que, em TOMADA DE PREÇOS, **inabilita licitante por ausência de autenticação em uma das folhas dos inúmeros documentos apresentados**, sobretudo porque dissociada dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da competitividade, já que não houve sequer suspeita de falsidade ou fraude do documento.” (**AC em MS n. 2005.042346-1, rel. Des. Substituto Jaime Ramos, j. 16.5.06**)^[6]” (grifou-se).

“É **CEDIDO QUE O FORMALISMO** constitui princípio inerente a todo **procedimento licitatório**, no entanto, a rigidez do procedimento **NÃO PODE SER EXCESSIVA A PONTO DE PREJUDICAR O INTERESSE PÚBLICO**. Ademais, em matéria de licitação, como o objetivo é o de atrair o maior número de interessados, deve-se adotar interpretação que favoreça a consecução desse objetivo, tirando-se qualquer margem de discricionariedade da Administração Pública no que diz respeito a rejeitar possíveis licitantes.” (grifou-se).

“Por outro lado, pondera-se que a exigência quanto à autenticação dos documentos constituiu mera formalidade, não podendo seu simples descumprimento gerar a **inabilitação no processo licitatório**, sendo mera irregularidade. O procedimento licitatório dever possibilitar a participação do maior número possível de interessados, de forma a satisfazer o interesse da coletividade, sendo inoportuno que o excesso de formalismo prejudique a competitividade do certame.”¹³ **AGRAVO DE**

¹¹ STJ – **RESP n° 512.179-PR**, rel. Min. Franciulli Netto.

¹² STF – **RO em MS n. 23.714-1**, DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence.

¹³ TJRS – **Agravo de Instrumento N° 70048200125**, Primeira Câmara Cível, Relator: Jorge Maraschin dos



| INSTRUMENTO PROVIDO.” (grifou-se).

Por fim, o processo administrativo que deu “azo” a Concorrência em tela, deve observar alguns princípios, tais como: **legalidade objetiva, oficialidade, publicidade, FORMALISMO MODERADO**, entre outros, objetivando o respeito do princípio do formalismo moderado.

A luz do exposto, a empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** não vislumbra que em sua habilitação jurídica - **invólucro nº 01 - Documentos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômica**, infringiu a Lei de Licitação, Doutrina, Jurisprudências e Princípios, pelo contrário, pautou-se a cumprir todo o momento as regras mínimas do Edital, estando amparada pelo princípio do formalismo moderado e instituto da diligência para comprovar que sua proposta/oferta no percentual de 40,40% foi a melhor e maior oferta ao poder concedente, a saber, Município de Herval D'Oeste, somado as comprovações de que outros contratos são bem executados com percentual acima deste, afastando por completo as arguições de inexecutabilidade da proposta/oferta no percentual de 40,40%.

5. DOS REQUISITOS DE MÉRITO - INIMPUGNAÇÃO AOS RECURSOS

O mérito da impugnação aos recursos pode ser constatado nas **razões fáticas - 01** e, seguintes, além da fundamentada matéria de Direito, Doutrina, Jurisprudências e, Acórdão do TCU. Depois de verificado os requisitos acima exarados, tem-se que a Constituição Federal assegura a todo aquele que afirma ter **sofrido lesão** ou na **eminência de sofrer**, tem direito individual de invocar que a jurisdição instaure processos judiciais ou administrativos e, pedir a **tutela**, direito que se dá o nome de **ação**. Pode - se dizer que, no âmbito do processo judicial ou administrativo, existe um trinômio.

Santos, Julgado em 05/09/2012.



São eles: pressupostos processuais, condições da ação e mérito.

Os pressupostos **intrínsecos** dão o direito da empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** impugnar os recursos interpelados pelas recorrentes, haja vista as condições recursais como: cabimento, possibilidade recursal/contrarrazão, interesse recursal/contrarrazão e legitimidade para contrarrazoar estão presentes nesta peça, conforme sustentado “**ut supra**”, estando de acordo com a Lei, Doutrina, Jurisprudência, Acórdão e **Princípios**;

Os pressupostos “**extrínsecos**” estabelecem os requisitos de preparo, tempestividade e, regularidades formais, estes, devidamente preenchidas;

A condição da ação, ou seja, o interesse de agir e legitimidade estão preenchidos;

O conjunto de fatos e provas trazidas à baila da medida contrarrazoante, orienta a formação de uma decisão administrativa acertada pelo Presidente e, Comissão Permanente de Licitação, bem como pela ratificação por meio da respeitosa Autoridade **Superior**, ou seja, dando o amparo necessário para confirmação do mérito da medida impugnativa, a saber, a declaração da manutenção da habilitação/classificação em favor da empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**;

A medida impugnativa se encontra tempestiva, legítima, e possui o interesse de agir, bem como todos os elementos necessários para o exercício de análise da medida de contrarrazão estão previstos nesta peça, não havendo outro caminho a ser seguido, a não ser, o **deferimento** total da presente **impugnação aos recursos**.

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E DO PEDIDO



Considerando que a linha argumentativa adotada na presente proposta **impugnativa** apresentado pela empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS**, dentre outras argumentações, assentou-se precipuamente no fato de que não descumpriu as regras mínimas do edital, em especial, cumprindo a regra da habilitação jurídica – **invólucro nº 01 - Documentos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômica**, ofertando a melhor e maior oferta, diga-se, no percentual de 40,40%;

Considerando que **administração** tem o **PODER-DEVER** de rever seus **atos** quando necessários, sejam de **ofício** ou mediante **provocação**, como é o caso, objeto da presente **demand**a, conforme já assim decidiu o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** e;

SÚMULA Nº 346 - STF: "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

SÚMULA Nº 473 - STF: "A administração pode ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Considerando que a busca pela salutar **JUSTIÇA**, não **ofende**, nem **lesa** nenhum dos servidores públicos do Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, porque **"Qui jure suo utitur neminem laedit"**, isto é, **"Quem usa o seu direito, não lesa ninguém"**, apenas se busca pela aplicabilidade da justiça;

Finalmente, diante da admissibilidade e conhecimento da presente medida **impugnativa aos recursos** apresentado pela empresa/peticionária **G2 EMPREENDIMENTOS** onde ao final – REQUER:

- a) - **seja recebido a medida impugnativa aos recursos, e antes da decisão de mérito**, seja realizadas as diligências cabíveis para constatar a "veracidade" "legitimidade" e legalidade" da **"proposta/oferta no percentual de 40,40%"**, podendo ser constatadas pelos contratos e atestados de capacidade técnica



operacional de percentuais acima do aqui ofertado, assim, comprovando a inequívoca exequibilidade deles;

- b) - seja exercida o duplo grau de jurisdição - encaminhando a impugnação e recursos para autoridade superior ADM/Hierárquico Próprio devidamente instruído, possibilitando a Autoridade Superior analisar o caso e, decidir munido de pareceres da Controladoria Interna do Município e Procuradoria Jurídica, assim, rejeitando os recursos apresentados;
- c) - seja realizado as diligências nos termos do art. 43, parágrafo 3º da LLC e precedentes do TCU e princípio do formalismo moderado;
- d) - protesta por todos os meios de provas admitidos em direito;
- e) - pugna pela decisão de manutenção da habilitação e classificação da proposta/oferta no percentual de 40,40% ofertada pela empresa/peticionária G2 EMPREENDIMENTOS.

Na oportunidade desta **impugnação** aos **recursos administrativos**, em que pesem as manifestações e embates praticados apenas no campo das ideias e dentro do ordenamento jurídico, protesto a mais elevada estima e distinta consideração por este ínclito Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, em especial, Comissão Permanente de Licitação e sua Presidente, Secretário (a) Municipal de Administração, Controladoria Interna, Departamento Jurídico e Autoridade Superior – Chefe do Executivo – Senhor (a) Prefeito (a).

Nestes termos, com o respeito devido e habitual, pede o deferimento.

*“à Justiça¹⁴ é uma constante e perpétua vontade de **viver honestamente**, não prejudicar a outrem e dar a cada um o que lhe pertence.”*

Cambé/Cornélio Procópio/Herval D'Oeste, 29 de dezembro de 2.020.

¹⁴ JUSTINIANO, Imperador Bizantino – 483 -565 DC.



EC ADVOCACIA



EDMAR CALOVI
ADVOGADO-OAB nº 81.865/PR

